

A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) tem, desde a sua criação a 17 de setembro de 2010, um percurso que muito nos orgulha de luta efetiva no combate à corrupção e de inspiração para a sociedade civil portuguesa na missão, valores e princípios que a fundam. Membro português da rede global de ONG anticorrupção *Transparency International*, desde 2017, a TI Portugal tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal e no mundo, promovendo os direitos humanos, a participação cívica, o acesso à informação, a transparência dos processos decisórios e a regulação eficaz dos sistemas e organizações no sentido de reforçar a prevenção e combate à corrupção.

Este combate assenta em valores e princípios, mas assenta também em parcerias, em percursos de colaboração com entidades públicas e privadas que reforçam e complementam as ações individuais. O ***Boletim Mensal das Boas Práticas Anti-Corrupção***, cujo primeiro número é aqui lançado, é um exemplo do resultado de uma ação concertada entre o MENAC e a TI Portugal, decorrente do protocolo de colaboração firmado no passado mês de setembro, que pretende elevar e robustecer padrões, cultura, políticas, e comportamentos anticorruptivos e de boa governação e gestão.

Esta parceria estratégica tem como principais objetivos apoiar, através de iniciativas de formação, a efetividade do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), e a criação de uma rede de especialistas para o desenvolvimento de recomendações e boas práticas para os setores público e privado. O acordo celebrado visa ainda amplificar a divulgação de recomendações e boas práticas relacionadas com o RGPC e o RGPDI, bem como promover uma cultura de integridade e transparência entre os jovens através de ações educativas.

A prevenção e o combate à corrupção exigem o envolvimento de todos nesse desígnio, que acreditamos tornará o nosso país mais sustentável, quer do ponto de vista económico, quer no plano social, científico e cultural. Para tanto, precisamos do envolvimento ativo de organizações da sociedade civil, empresas e entidades do setor público. Cooperando e trabalhando conjuntamente para que as políticas públicas anticorrupção se efetivem e se expandam a partir das boas práticas e das recomendações que emanam das experiências, das vivências e dos conhecimentos adquiridos, em Portugal e na rede internacional da *Transparency International*.

Margarida Mano

Presidente da TI Portugal

Outubro 2024